

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 234, DE 2001

Autoriza o Poder Executivo a criar a “Região Integrada do Grande Natal e do Agreste”, institui o Programa Especial de Desenvolvimento e dá outras providências.

Autor: Deputado NEY LOPES

Relator: Deputado JOVINO CÂNDIDO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2001, autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada do Grande Natal e do Agreste, com o objetivo de articular e harmonizar as atividades e ações administrativas da União e dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.

Autoriza, ainda, a instituição do Programa Especial de Desenvolvimento do Grande Natal e do Agreste, que, mediante convênio, estabelecerá, ouvidos os órgãos competentes, normas e critérios para unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangidos tanto os de responsabilidade dos entes federais quanto dos entes federados contemplados na proposição, especialmente em relação a :

I – tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda;

II – linhas de crédito especiais para as atividades prioritárias;

III - isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão-de-obra.

Estabelece que os programas e projetos prioritários para a região serão financiados com recursos :

I - de natureza orçamentária que lhes forem destinados pela União na forma da lei;

II – de natureza orçamentária que lhes forem destinados pelos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e Municípios abrangidos pela Região Integrada;

III – de operações de crédito externas e internas.

O Projeto foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior .Vem a esta Comissão para análise da sua adequação financeira e orçamentária e do mérito.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto em análise autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada e o Programa Especial de Desenvolvimento do Grande Natal e do Agreste, cujos e projetos só poderão ser implementados, com recursos da União, quando houver previsão para tal fim na lei orçamentária.

A proposição não concede diretamente isenções ou incentivos fiscais – que só poderão ser concedidos mediante lei específica, como exige o § 6º do art. 150 da Constituição --, não resultando, portanto, a sua aprovação em renúncia de receitas por parte da União.

O Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2001, em nada contraria os dispositivos do Plano Plurianual (Lei 9.989, de 2000), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 10.524, de 2002), ou da Lei do Orçamento (Lei 10.640, de 2003), vigentes.

Assim, goza de plena adequação financeira e orçamentária.

No mérito, a região a que se refere o Projeto abrange, no Rio Grande do Norte, os Municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do

Amarante, Ceará-Mirim, Extremoz, Monte Alegre, São José de Mipibu, Senador Georgino Avelino, Arez, Goianinha, Canguaretama, Espírito Santo, Baía Formosa, Montanhas, Serrinha, Várzea, Jundiá, Passa e Fica, Pedro Velho, Vera Cruz, Brejinho, Nova Cruz, Santo Antônio, Vila Flor, Tibau do Sul, Passagem e Nízia Floresta, e, no Estado da Paraíba, os Municípios de Campo Santana, Araruna, Jacaraú e Riachão.

É um objetivo fundamental do Projeto que sejam ordenados os investimentos públicos comuns em agrupamentos de municípios, permitindo maior eficácia nos planos viários, educação, segurança pública e principalmente saúde pública, através de hospitais públicos especializados em ramos específicos de tratamento, distribuídos na área da região, tornando-se mais úteis à população.

Nesse sentido, pelo art. 3º da proposição, consideram-se da Região Integrada do Grande Natal e do Agreste os serviços públicos comuns aos Municípios que a integram, especialmente aqueles relacionados às áreas de infra-estrutura, prestação de serviços e geração de empregos.

O Congresso Nacional já aprovou Regiões Metropolitanas semelhantes à agora proposta, tais como, a Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e a Região formada pelos municípios de Petrolina e Juazeiro (PE/BA). A Câmara também aprovou a Região Metropolitana da Grande Teresina, no Piauí, abrangendo o Município de Timon, no Maranhão.

Considerando a oportunidade, conveniência e altos objetivos sociais da proposição, voto pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2001, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2003 .

Deputado JOVINO CÂNDIDO
Relator.